

Trabalho e Renda
 Rua das Palmeiras 90,
 Botafogo CEP. 22270-070
 Tel: (021) 286-1441
 Fax: (021) 286-1209
 E-mail: rgomes@fase.org.br

Cooperativas: alternativa viável e socialmente justa ao desemprego

A questão do direito ao trabalho e sua regulamentação tem sido um dos focos da atuação da FASE há quase quatro décadas. Com larga tradição no cooperativismo rural, hoje, para enfrentar os avanços na desregulamentação e precarização do trabalho, do desemprego crescente que já atinge 20% da mão-de-obra ativa na região urbana de São Paulo, por exemplo, a FASE tem atuado, também na área urbana, estimulando a formação de cooperativas e constituindo redes de economia solidária. Desenvolveu uma metodologia para a formação de cooperativas e de multiplicadores em cooperativismo, ampliou o debate sobre o cooperativismo com a produção de livros, cartilhas e de edições especiais da revista *Proposta*. Contribuiu de forma decisiva para a fundação do Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, que hoje reúne cerca de 200 cooperativas, além de ter colaborado na formação de várias cooperativas pelo país, dentre elas a Cooperativa de Parafusos do Rio de Janeiro, Cooparj; a Cooperativa Têxtil de Araraquara, Cooperara, SP; a Cooperativa de Carvoeiros de São Mateus, ES; a Cooperativa de Moto Taxi de Araraquara, SP; a Cooperativa Multifuncional Mãos da Maré, RJ; Cooperativa Passo a Passo e Coopearte de Volta Redonda, etc.

Desenvolvimento local/regional. Apesar de também apresentar a sua face perversa, quando facilita pro-



D. Aldo, Bispo da Diocese de S. Mateus visita o curso de capacitação da cooperativa dos carvoeiros promovido pela FASE/ES.

cessos de precarização do trabalho (empresários formam cooperativas irregulares só para se livrar dos encargos trabalhistas), o cooperativismo tem se mostrado uma alternativa real para os desempregados. Segundo o IBGE, 25% dos trabalhadores urbanos estão hoje na informalidade e sustentam uma produção de riqueza da ordem de R\$ 12,89 bilhões, equivalente a 8% do PIB. Se, no momento, o crescimento do setor informal responde basicamente ao aumento do desemprego decorrente da recessão, no longo prazo, as atuais experiências associativistas e cooperativistas podem servir de modelos para o enfrentamento mais estrutural das mudanças no mundo do trabalho, que apontam para o declínio do emprego formal, de tempo integral e estável, como a nova realidade social. A FASE entende que muito pode e deve ser feito no âmbito do desenvolvimento local/regional, e procura concatenar o desenvolvimento sustentável e integrado com uma concepção de economia solidária em que o núcleo central são as cooperativas e suas redes.



Símbolo do cooperativismo

Geração ajuda diagnóstico e divulga saídas

Considerado pela Financiadora de Estudos e Projetos, Finep, em 1997, um dos dez melhores projetos apoiados pela sua área social, o banco de dados *Sistema Geração*, sustentado desde 1995 por uma parceria entre o núcleo de Trabalho e Renda da FASE e o Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa, NAAP, atende, em seu site na Internet <http://www.geracao.org.br>, cerca de dois mil acessos mensais e tem se revelado fundamental para a divulgação de experiências exitosas, programas, projetos e órgãos de fomento e geração de trabalho e renda no Brasil.

Na temática do micro crédito, por exemplo, a área social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDES e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Unctad, estão entre as inúmeras instituições nacionais e internacionais que já utilizam o conteúdo informativo do seu banco de dados. No terreno da capacitação, destaca-se o uso do *Sistema* como instrumento de divulgação de metodologias para a implantação e o desenvolvimento de pequenos e micro empreendimentos tais como o Cefe, o Gespar e a *Capacitação Massiva*.

Mas ao divulgar experiências bem sucedidas como as da Federação Nacional de Apoio ao Pequeno Empreendimento, Fenape, Portosol, Banco do Povo e do Sistema Nacional de Emprego, Sine, do Ceará, mais que difundir esperança, o *Geração* também facilita a articulação

entre diferentes atores envolvidos na busca de alternativas para a geração de trabalho e renda entre os setores populares, uma das prioridades do núcleo de Trabalho e Renda da FASE que, por isso, articula-se com cerca de 100 instituições,

governamentais ou não, no Fórum Nacional de Desenvolvimento Local e Integrado, além de outras redes que apóia.

Na área de qualificação profissional, a FASE, desenvolveu uma metodologia de capacitação para o programa *Integrar*, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e Espírito Santo, CNM/CUT RJ e ES,

que beneficiou mais de 1.650 trabalhadores da região, também apoiou metodologicamente o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio de Janeiro, SindPD-RJ, nos cursos de formação e introdução à micro informática frequentados por cerca de 3.450 jovens de baixa renda.



Ensino, pesquisa e ação social

Criado em 1995, fruto da parceria entre a FASE e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do

Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ, e exemplo vivo de que ensino, pesquisa e prática social podem caminhar juntos, o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal destaca entre suas realizações:

- a divulgação das informações municipais e dos indicadores sociais através do Banco de Dados Georeferenciados – METRODATA;

- a publicação de 6 livros sobre temáticas relacionadas à política urbana, com tiragem de mais de 10.000 exemplares;

- a capacitação de mais de 100 lideranças populares no tema *democratização de orçamentos municipais* através de cinco seminários e dois cursos já realizados;

- a avaliação e o acompanhamento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, através da realização de dois seminários, com a participação de mais de 300 lideranças e técnicos municipais e a produção de três relatórios e duas publicações;

- a produção de análises específicas sobre as políticas de saneamento, habitação, solo urbano, transporte e meio ambiente em curso na Baixada Fluminense, visando acompanhar seus impactos sociais, urbanos;

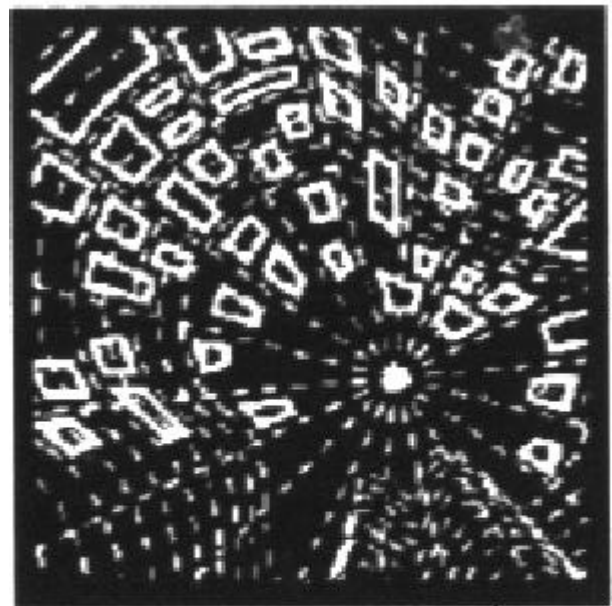
- o levantamento, a sistematização e a análise das políticas habitacionais desenvolvidas por 45 das maiores cidades brasileiras;

- o *Mapa da Exclusão da Baixada Fluminense*,

com a identificação das desigualdades em termos de renda, educação, etnia, faixa etária e acesso aos serviços de saneamento e saúde;

- a assessoria aos atores locais da Baixada Fluminense, com destaque para as federações de associações de moradores, vereadores, secretários e técnicos das prefeituras, ONGs e movimentos de saneamento.

A implantação do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal em Recife - PE, com a parceria do Mestrado de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, e em Belém, este em fase inicial de implantação, com a Universidade Federal do Pará, transforma a experiência do Observatório em projeto demonstrativo e modelo para a união do ensino e da pesquisa com a prática social em todo o país.



**OBSERVATÓRIO DE
POLÍTICAS URBANAS
E GESTÃO MUNICIPAL**

Cidade melhor

FASE

Cidadania e políticas públicas

Rua das Palmeiras 90, Botafogo
CEP. 22270-070

Tel: (021) 286-1441

Fax: (021) 286-1209

E-mail: urbana@fase.org.br

Qualidade de vida depende de saneamento

Três milhões de domicílios abrigando cerca de 12 milhões de pessoas sem água adequada e 93 milhões de pessoas vivendo sem coleta de esgotos justificam por si só a completa reorganização da política de saneamento ambiental do país que vem sendo impulsionada, de um lado, por pressão dos organismos do próprio setor, e de outro, por iniciativa do governo federal, através do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento Ambiental, PMSS, no contexto de um amplo processo de descentralização da política urbana em curso no Brasil contemporâneo. O fato de, segundo a Organização Mundial de Saúde, quase 25% dos leitos hospitalares do mundo serem ocupados por enfermos portadores de doenças veiculadas pela água, de que, no Brasil, 60% das internações da população terem como causas doenças de veiculação hídrica ou de que a ampliação de apenas 1% da cobertura sanitária da população vivendo com de um a cinco salários mínimos poderia reduzir em 6,1% as mortes na infância estabelece de forma definitiva a forte relação existente entre saneamento ambiental, saúde pública e qualidade de vida.

Esses dados explicam o grande investimento dos quadros da FASE, junto com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, ABES, a Federação Nacional dos Urbanitários, FNU, a Associação de Serviços Municipais de Água e Esgoto, ASSEMAE, a Federação de Sindicatos de Engenheiros, FISENGE e o Fórum Nacional de Reforma Urbana, FNUR, na construção e fortalecimento da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, criada em novembro de 1997 para apresentar à sociedade um projeto alternativo à privatização do setor, proposta pelo governo.

Através da Frente, que tem como elemento central de sua estratégia a afirmação do papel ativo dos sujeitos sociais na gestão das políticas públicas e em formas de controle do Estado pela sociedade, a FASE reafirma seu compromisso com o direito de todos à cidade e com a busca de uma escala de prioridades na alocação de recursos públicos que confronte o quadro atual de desigualdade, promovendo inclusão social e cidadania.



Certificação florestal: produto *politicamente correto*

O aumento, em todo o mundo, do número de redes varejistas e atacadistas que só compram produtos certificados responde à crescente

movimento que já resultou em selos de certificação permitidos a mais de mil produtos de madeira serrada, compensados, portas, postes,

demanda dos consumidores de garantias quanto à procedência dos produtos de origem florestal: afinal, como saber se estamos ou não diante de um produto de uma prática econômica viável, ambientalmente apropriada e socialmente justa? Formado por ONGs ambientalistas e de desenvolvimento, madeireiros e empresários da indústria de móveis e de papel e celulose, assim como movimentos e organizações indígenas e camponesas, e abrigando a FASE no seu Conselho Diretor, o Conselho de Manejo Florestal, FSC (*Forest Stewardship Council*), com sede em Oaxaca, México, já avaliou e certificou mais de 16 milhões de hectares de terra, nos cinco continentes, como áreas florestais manejadas de forma consistente e confiável do ponto de vista social, econômico e ambiental, sendo mais de 600 mil hectares no Brasil, quinto lugar entre as áreas certificadas pelo FSC.

Selos e padrões. Designers e lojistas de São Paulo preparam-se para aderir a um



artigos de jardinagem, carvão vegetal, utensílios de cozinha, tábuas de carne, prateleiras, cabideiros,

assoalhos, e até mesmo uma casa inteira pré-fabricada, a Casa Z, projetada e construída no Brasil com madeira certificada. O grupo de trabalho GT FSC-Brasil, formado por 22 entidades brasileiras agrupadas em câmara social, ambiental e econômica e por observadores do governo, certificadores e universidades, é o responsável pela divulgação da certificação florestal no país e por traduzir em termos regionais e nacionais os padrões gerais adotados como princípios e critérios pelo FSC internacional. Os padrões brasileiros para Plantações Florestais e Floresta de Terra firme, por exemplo, já deverão estar concluídos em dezembro de 1999, tendo sido ouvidas mais de 400 entidades e pessoas interessadas.

Meio Ambiente

Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: faillace@fase.org.br

O que o Brasil precisa saber

Celso Furtado, Marta Suplicy, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Cristovam Buarque, Luiz Werneck Vianna, José Luiz Coraggio, Eduardo Suplicy, Augusto de Franco, José Genoíno, Abdias do Nascimento, Wanderley Guilherme dos Santos, Alberto Arroyo, José Luís Fiori, César Benjamim... ao longo de seus 28 anos, a *Proposta*, revista nacional de debates da FASE, constituiu não apenas uma ampla malha de colaboradores individuais no Brasil e no exte-

rior, mas também desenvolveu parcerias fundamentais com outras instituições, como a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, ABET, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, o Políticas Alternativas para o Cone Sul, PACS, o Instituto de Estudos Afro-Asiáticos, do Centro Universitário Cândido Mendes, etc. Através de sua rede de assinantes em todos os cantos do país, *Proposta* leva informações e visões alternativas que favoreçam a construção de um Brasil mais justo, democrático e sustentável, para um amplo público que reúne professores e estudantes universitários; quadros do terceiro setor; professores do ensino secundário; técnicos e agentes de desenvolvimento de órgãos públicos federais, estaduais e municipais; religiosos e lideranças de organizações e movimentos populares.

Para *contribuir para a ampliação da esfera pública (...) e apoiar a constituição, o fortalecimento e a articulação dos sujeitos coletivos do desenvolvimento*, missão institucional da FASE, seu setor de publicações tem promovido e divulgado o debate sobre os seguintes temas, dentre outros: Desenvolvimento Humano no Brasil, a Economia Solidária, os Movimentos Populares Urbanos e Rurais, o

Desenvolvimento Sustentável, o Mundo do Trabalho, os Cenários para o Século XXI e Raça e Cultura. E isso não apenas através da revista *Proposta*, mas também através de seus Cadernos Temáticos, que aprofundam o tratamento de assuntos como a Reestruturação Industrial, os Novos Caminhos e o Futuro da Amazônia, a Biodiversidade, a Certificação Florestal e as Políticas de Saneamento Ambiental.

A FASE orgulha-se da grande aceitação de algumas de suas publicações: *Cooperativas - uma alternativa de organização popular*, de Daniel Rech, *Orçamento participativo*, de Luciano

Fedozi *Reforma urbana*, de Orlando Alves dos Santos Júnior, *Novo Vocabulário Político* de Cunca Bocayuva e Sandra Mayrink Veiga e *Metodologias de Capacitação*, de Caio Marcio Silveira, Ricardo Mello e Rosemary Gomes. No apoio direto à organização e à mobilização popular, a FASE conta com uma linha de cartilhas, cujos títulos incluem: *No caminho da organização. Projetos, recursos, cooperação*, de Cléia Silveira e Lorenzo Zanetti, *Como constituir uma sociedade civil sem fins lucrativos*, de Daniel Rech, *Como Analisar a Crise Brasileira* de Cunca Bocayuva e Sandra Mayrink Veiga e *Fóruns: renovar e ampliar a participação cidadã*, de Jean-Pierre Leroy.

A FASE agora está investindo também na televisão com o programa Agenda Nacional da TV Comunitária, no canal 14 da NET.

Publicações/Comunicação
Ruadas Palmeiras 90, Botafogo
CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: sveiga@fase.org.br



Brasil sustentável e democrático

Gerido pela FASE, o projeto *Brasil Sustentável e Democrático* conta com o patrocínio institucional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que reúne mais de 300 organizações e representa o esforço compartilhado de mais quatro ONGs e dois centros universitários que, com a FASE, constituem sua coordenação institucional: a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, AS-PTA, o Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas, IBASE, o Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, IEE-USP, o Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, PACS e a Rede de Desenvolvimento Humano, a REDEH.

Através de estudos setoriais e temáticos, da organização de oficinas de diálogo social e da produção de material de educação e mobilização - e tendo para tanto já publicado o livro *Brasil Século XXI*, com um balanço do que foi feito depois da Eco 92 e avaliação de perspectivas - o projeto, com a parceria das fundações Ford e Heinrich Böll, visa:

- valorizar e estimular experiências e propostas dos movimentos sociais, organizações populares e organizações não-governamentais por um modelo de desenvolvimento alternativo no Brasil, que alie sustentabilidade ambiental, justiça sócio-econômica, equidade de gênero e etnia, e democracia participativa;
- promover a elaboração de argumentos solidamente fundamentados em favor deste modelo alternativo de desenvolvimento, com a produção de novos enfoques analíticos, novos indicadores e novas idéias para a mudança social;

mente fundamentados em favor deste modelo alternativo de desenvolvimento, com a produção de novos enfoques analíticos, novos indicadores e novas idéias para a mudança social;

- promover a incorporação da *sustentabilidade* na agenda sócio-política e na opinião pública brasileira, através da organização de debates, encontros e campanhas de conscientização de caráter geral ou voltadas para setores específicos da sociedade;

- estimular a presença das questões internacionais no debate público sobre a sustentabilidade no Brasil, considerando a inserção do país na América Latina, nas relações Norte-Sul e incentivando as relações entre os países do Hemisfério Sul.

A força das redes

Fóruns, Associações,

Além de se articular com as ONGs brasileiras através da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - Abong - (www.abong.org.br), que ajudou a fundar em 1991 e presidiu de 91 a 94 e com as ONGs latino-americanas através da Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção - Alop - ([http://www/alop.or.cr](http://www.alop.or.cr)), a FASE é associada à Rede do Terceiro Setor Rits - (www.rits.org.br).

A convicção metodológica da FASE de que redes e articulações otimizam recursos, potencializam ações e apressam transformações explica o seu envolvimento em inúmeros esforços de mobilização e organização nacionais e internacionais, tais como:

- Observatório da Cidadania
- Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR)
- Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental
- Fórum Nacional de Participação Popu-

FASE
Nacional
Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: brsust@fase.org.br

Fiscalizando os bancos multilaterais

Junto com a Associação Brasileira de ONGs, a ABONG, o Fórum Nacional Permanente das Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, DCA, Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua e o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, INESC, a **Rede Brasil** apresentou denúncia ao Ministério Público Federal quanto à utilização, pelo governo federal, de recursos obtidos junto ao Banco Mundial para gastos na área social com o pagamento da dívida externa. O Banco Mundial comprometeu-se a aportar US\$4,5 bilhões para compor o montante do acordo negociado com o FMI, mas divulgou que a liberação destes

recursos estaria condicionada a sua utilização em gastos sociais. No entanto, o contrato entre o governo e o Banco Mundial estabelece, paradoxalmente, que tais recursos não poderiam ser gastos em moeda local, como se fosse possível fazer gastos sociais em dólares no Brasil. Na resposta à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF, o diretor do Banco Mundial no Brasil, Gobind Nankani, apresentou um tortuoso caminho que supostamente levaria estes recursos a serem utilizados para gastos sociais: os recursos destinar-se-iam a financiar o déficit público e a reforçar as reservas cambiais, o que liberaria o governo destes encargos, garantindo desta maneira, automaticamente, a manutenção dos gastos em áreas sociais.

Frentes, Articulações

lar nas Administrações Municipais Democráticas

- Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores Associados (RECOPA)
- Articulação de Mulheres Brasileiras
- Rede de Cidadania, Trabalho e Renda
- Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- Fórum Nacional de prevenção e combate ao trabalho infantil
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Projeto de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas e suas Contrapartes no Brasil - PAD
- Rede Brasileira pela Integração dos povos - REBRIP/Aliança Social Continental
- Red Entre Mujeres
- Rede Latino-americana de Apoio a microempresas e Setores Populares

Através de ações como essa ou da publicação de livros como *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil*, a **Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais**, criada em 1995 e reunindo hoje, entre movimentos sociais, entidades sindicais, organizações não-governamentais e fóruns de entidades, 53 organizações, e de cuja coordenação executiva a FASE faz parte, pretende:

- mudar a natureza das políticas públicas formuladas e patrocinadas pelo governo brasileiro e que são financiadas e/ou igualmente formuladas por instituições financeiras multilaterais;
- democratizar o processo de formulação destas políticas através da participação de organizações da sociedade civil e do Parlamento;
- mobilizar, organizar e capacitar movimentos sociais, entidades sindicais e ONGs sobre as questões relacionadas às instituições financeiras multilaterais;
- reformar as instituições financeiras multilaterais no sentido da justiça social e ambiental.

Nacional

Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: fmello@fase.org.br

Desenvolvimento humano: uma questão de raça?

Quinhentos anos após a avaliação de Pero Vaz de Caminha de que *nesta terra, em se plantando tudo dá*, e utilizando-se dos dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE - os quais foram aplicados, especificamente para a população afro-descendente, os critérios de cálculo sugeridos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os assessores da FASE - Marcelo Paixão e Wânia Sant'Anna, em seu estudo *Desenvolvimento Humano e População Afro-Descendente no Brasil: uma questão de raça*, publicado na edição da revista *Proposta* de junho/agosto de 1997, quantificaram e ilustraram a disparidade e a discriminação no acesso e na

distribuição dos frutos dessa terra entre brancos, pardos e negros, com imediata repercussão na imprensa nacional e internacional. Como desdobramento deste trabalho, e ainda buscando contribuir para a conformação de leituras críticas alternativas aos marcos das relações raciais no Brasil e fortalecer a articulação de atores sociais

relevantes no campo da luta anti-racista e nas ações de defesa, promoção e valorização da população afro-descendente, a FASE, com o apoio da Fundação Ford,



implementa agora o projeto *Brasil ano 2000: na busca de novos marcos para as relações raciais*", com três produtos finais previstos:

- o **Atlas Histórico, Social e Político Afro-Brasileiro**,
- o site na Internet **Rede 2000: Nova Abolicionista** e
- o **Perfil do Desenvolvimento Humano da População Afro-Descendente no Brasil**, estudo que retomará o cálculo do IDH nos níveis estadual, regional e nacional.

Com este projeto, e *desafinando o coro dos contentes*, a FASE, no bojo das comemorações dos 500 anos da chegada de Cabral às costas brasileiras, ajudará pesquisadores, organizações sociais, meios de comunicação, formadores de opinião e a população em geral a realizar uma análise profunda sobre a realidade dos afro-descendentes que, no último ano do milênio, quase nada têm a comemorar.



500 ANOS

Projeto Brasil ano 2000
Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: marcio@fase.org.br

Alternativas através da cultura

Priorizando hoje, dentre outras, as *iniciativas que beneficiam os jovens em situação de risco social, ameaçados pelo tráfico de drogas e outras formas de marginalização e marginalidade, e criado pela FASE, em 1985, para apoiar pequenos projetos de grupos populares e movimentos em favor de setores carentes e/ou discriminados da população, o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos, SAAP, concedeu, em média, o equivalente a R\$ 2.800, até o final de 1998, a 1.302 dos 3.560 projetos recebidos para sua análise. Se em 1985/86, foram financeiramente beneficiados 36 projetos, num valor total de US\$ 63.408, esse número subiu para 141 em 1998, totalizando US\$ 296.116 e a previsão é de apoiar 200 grupos em 1999, com recursos provenientes das sete agências de cooperação internacional (Christian Aid, Desenvolvimento e Paz, ICCO, Inter - American Foundation, Novib, Pão Para o Mundo e Solidaridad) e das duas empresas (Levy Strauss & Co. e Itaú Bank Trust através da Bank Trust Foundation), que confiaram, nesses 13 anos, cerca de três milhões de dólares ao discernimento do SAAP.*



Apresentação do *Cirque du Soleil* em Recife

Assessorar. Mas a atuação do SAAP não se limita ao repasse de recursos. Além de informar sobre outras fontes de recursos, fornecer subsídios para o trabalho que o grupo desenvolve e orientar e assessorar a melhor formulação de propostas de trabalho, contando para isso com uma rede de colaboradores, pessoas ou instituições presentes em várias regiões do Brasil, bem como das equipes da FASE, o SAAP assumiu, por exemplo, a coordenação do *Circo do Mundo no Brasil*. Esta é uma iniciativa do *Cirque du Soleil* e mais três instituições canadenses que, no Brasil, desenvolvem suas atividades junto a: Escola Pernambucana de Circo, Recife, Belo Circo do Mundo, Belo Horizonte e Se Essa Rua Fosse Minha, Grupo Cultural Afro-Reggae e Teatro de Anônimo, Rio de Janeiro.

Pontes. Coerente com a prioridade de oferecer aos jovens pontes para a cidadania, através da arte e da cultura, o SAAP destinou, em 1998, R\$ 45.645 a cerca de 15 projetos, dentre esses: Planeta Golfinhos da Guanabara, Cantagalo/RJ; Orquestra de Flautas da Cidade Alta, Cordovil/RJ; Oficinas Circenses do Morro do Cantagalo - Grupo Cultural Afro-Reggae, Cantagalo/RJ; Orquestra de Berimbaus - Se Essa Rua Fosse Minha, Rio de Janeiro/RJ; Grupo Jovem Auto Falante, Olinda/PE; Trio Tambolelê, Belo Horizonte/MG; Oficina de Vídeo com Adolescentes - Ação Social Padre Anchieta, Rocinha/RJ.

SAAP
R. das Palmeiras, 90
Botafogo, CEP 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: saap@fase.org.br

Todos os direitos para *tod@s*

A FASE apoiada pela rede dos parceiros de Terre des Hommes da França e da Plataforma Sul-Americana de Direitos Humanos vem desenvolvendo um

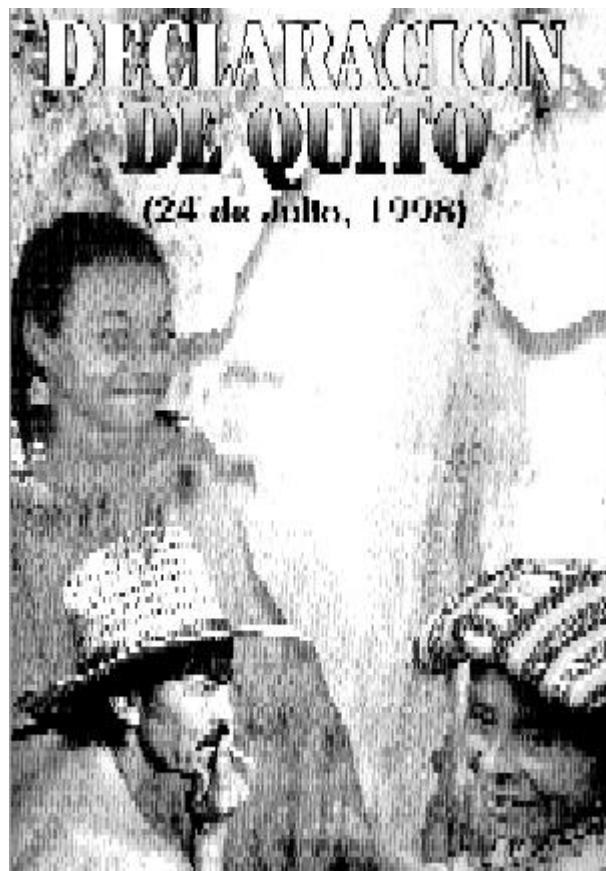
trabalho de formação em torno dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (DESC). A ênfase nos DESC fala tanto do plano imediato das questões, como do trabalho infantil, quanto da luta pela economia solidária e pela renda mínima garantida para todos os cidadãos, portanto, informa e conforma os objetivos de políticas públicas que combatam os processos de exclusão e desigualdade social. A FASE, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos e a articulação CPT-FIAN vem desenvolvendo um trabalho com apoio do Programa de Articulação e Diálogo (PAD), através de um projeto de educação com oficinas de trabalho em todas as regiões brasileiras e já conta com impacto sobre mais de 300 organizações de base. O projeto visa criar uma cultura prática de defesa e ampliação dos direitos humanos na sua integralidade com centro nos DESC e incluindo a questão sócio-ambiental com impacto sobre mais de 300 organizações de base.

A retomada da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, que tem o apoio da agência holandesa NOVIB, articulada com a Plataforma Sul-Americana de Direitos Humanos que também conta com o apoio da ALOP (Associação Latino-Americana das

Organizações de Promoção), permitirá a elaboração de um relatório nacional sobre os DESC no Brasil. Esse esforço de capacitação das organizações e movimentos de direi-

tos humanos se liga no plano nacional ao processo de articulação de encontros das redes de ONGs, movimentos sociais e sindicatos.

A Plataforma Sul-Americana dos Direitos Humanos, a ALOP, e Grupo de Cuernavaca (parceiros de Terre des Hommes da França) estabeleceram em Quito, no ano de 1998, um marco de ação comum com o objetivo de fortalecer os DESC na América Latina. Os temas dos direitos ao bem-estar, ao trabalho e à renda fazem parte do projeto comum dos povos latino-americanos de afirmarem novas vias para o desenvolvimento sustentado, na perspectiva de uma democracia substantiva tanto no plano real quanto no plano legal. Na virada do século é possível que o trabalho da FASE com seu sistema de redes e parcerias tenha contribuído para consolidar os DESC como o limite ético para construir o direito a um outro tipo de desenvolvimento.



FASE

Trabalho e Renda

Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: rgomes@fase.org.br